



Nas fronteiras entre o “on-line” e o “off-line”: notas para um estudo etnográfico das formas de apropriação dos centros públicos de acesso à Internet¹.

Maria Elisa Máximo²

Associação Educacional Luterana Bom Jesus/IELUSC.

Juciano de Sousa Lacerda³

Associação Educacional Luterana Bom Jesus/IELUSC.

Theophilos Rifiotis⁴

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

Este artigo coloca em discussão uma proposta de pesquisa elaborada no âmbito dos estudos do ciberespaço. Buscando dar mais abrangência às nossas reflexões acerca das formas e processo sociais engendrados no uso das tecnologias da comunicação, propomos um estudo etnográfico das formas de apropriação dos centros públicos de acesso à Internet, como *lan houses*, “cibercafés”, telecentros, etc. Pretendemos, com este estudo, compreender em que medida a apropriação desses espaços, e as dinâmicas sociais que neles se estabelecem, articulam-se com a vida cotidiana dos seus frequentadores trazendo conseqüências para as formas de vida local. Pretendemos, assim, alcançar conclusões mais sofisticadas sobre os modos pelos quais o ciberespaço se entrelaça ao espaço urbano, possibilitando reconfigurações nas formas pelas quais a cidade é imaginada e experienciada.

Palavras-chave: Etnografia. Ciberespaço. Centros públicos de acesso à Internet. Comunidade. Contemporaneidade.

Apresentação

Este artigo coloca em discussão, pela primeira vez de forma ampliada, uma pesquisa que começa a ser desenvolvida pelo GrupCiber (Grupo de Estudos em Antropologia do Ciberespaço, UFSC)⁵ em parceria com o Necom (Núcleo de Estudos em Comunicação, Ielusc)⁶, contando com o financiamento do CNPq⁷. Ou seja,

¹ Trabalho apresentado no GT Cibercultura e Tecnologias da Comunicação, no Inovcom, evento que integra IX Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sul (INTERCOM SUL).

² Doutora em Antropologia Social pela UFSC. Integrante do GrupCiber. Integrante do NECOM. Professora do Curso de Comunicação Social do Ielusc. E-mail: elisamaximo@gmail.com

³ Doutor em Ciências da Comunicação pela UNISINOS. Integrante do ProcessoCom (Grupo de Pesquisa em Processos Comunicacionais/UNISINOS). Coordenador do NECOM. Professor do Curso de Comunicação Social do Ielusc. E-mail: juciano@ielusc.com

⁴ Doutor em Sociologia pela USP, com Pós-Doutorado na Universidade de Montreal (CA). Coordenador do LEVIS (Laboratório de Estudos das Violências) e do GrupCiber. Professor do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFSC. E-mail: rifiotis@cfh.ufsc.br

⁵ O GrupCiber é vinculado ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina e coordenado pelo Prof. Dr. Theophilos Rifiotis.

⁶ O Necom é vinculado ao Curso de Comunicação Social da Associação Educacional Luterana Bom Jesus/IELUSC, Joinville (SC), e coordenado pelo Prof. Dr. Juciano de Sousa Lacerda.



esboçamos, aqui, uma reflexão que não está fundamentada em resultados e descobertas de pesquisa, mas sim, em questões e problemas que estão na base de um projeto que começa a dar os seus primeiros passos; um projeto que é fruto de uma produtiva cooperação interdisciplinar entre a Antropologia e a Comunicação Social, através dos pesquisadores envolvidos naqueles dois grupos de pesquisa. E, dito isto, desejamos aproveitar as possibilidades de diálogo abertas em um fórum como o Intercom Sul para compartilhar nossa proposta de estudos, acreditando que este momento de troca e discussão será produtivo e determinante para os rumos que a pesquisa tomará daí em diante.

Antes de tudo, é preciso situar o projeto aqui esboçado no âmbito geral da trajetória do GrupCiber que, desde 1996, vem se articulando e somando esforços para consolidar a *antropologia do ciberespaço* como uma frente de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC. Em todos estes anos, nosso foco de estudos e reflexões tem sido as formas de interação, grupos e redes sociais produzidos na interface com as tecnologias digitais, especificamente na apropriação das diferentes modalidades de “comunicação mediada por computador”. Estes estudos têm contribuído, por sua vez, para a consolidação de um campo promissor para a compreensão da produtividade social *no* e *do* ciberespaço, seja na investigação sobre as possibilidades de cooperação científica inauguradas pelas, então, “novas” tecnologias da comunicação e da informação (MÁXIMO, 1998); na análise das dinâmicas interativas e performances individuais em ambientes gráficos (GUIMARÃES JR., 2000); na compreensão dos códigos e regras comunicativas construídas na participação em listas eletrônicas de discussão (MÁXIMO, 2002); na reflexão sobre a experiência comunitária e a dinâmica de reciprocidade estabelecida em torno da produção de um “software livre” como o Linux (APGAUA, 2004); ou, ainda, nas análises das formas de “apresentação do eu” e das redes de relações sociais estabelecidas nos blogs (MÁXIMO, 2006) e no Orkut (SEGATA, 2007).⁸

⁷ Trata-se do projeto intitulado *Estudos Etnográficos das formas de apropriação dos centros públicos de acesso pago à Internet em Florianópolis, SC*, aprovado pelo CNPq na chamada MCT/CNPq 50/2006, Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. Dada a parceria entre o GrupCiber (UFSC) e o Necom (Ielusc), e considerando que parte significativa da equipe do projeto integra, atualmente, o quadro docente do Ielusc, em acordo com a agência financiadora a pesquisa de campo foi recentemente transferida para Joinville, cidade onde a pesquisa se desenvolverá integralmente. Desta forma, o desenvolvimento da pesquisa contará com a participação de dois dos bolsistas do Necom, **João Francisco Hack Kamradt** e **Rafaela Mazzaro**, respectivamente, alunos do 7º e 5º período do Curso de Jornalismo do Ielusc.

⁸ Estes estudos foram recentemente reunidos numa publicação, a primeira publicação coletiva do grupo, que será lançada em co-edição pela Editora Sulina e EDUFSC ainda em 2008. Este livro, intitulado *Antropologia no Ciberespaço*, constitui-se, também, como fruto da cooperação interdisciplinar que está na base deste artigo, tendo



Estas experiências de pesquisa têm mostrado que a caracterização dos fenômenos sociais engendrados no chamado “ciberespaço” está intimamente relacionada com os padrões culturais construídos pelos sujeitos *em interação*. Com base na abordagem de C. Geertz (1989), pode-se dizer que estes padrões não só *informam* sobre grupos e sujeitos, fornecendo *modelos da* cultura, como também os *formam*, fornecendo *modelos para* a cultura. Nesta perspectiva, buscamos enfatizar a necessidade de uma abordagem contextualizada, que busque apreender as especificidades de cada situação comunicativa em particular, considerando que os aspectos relativos à interação num dado contexto social só adquirem significado se analisados no seu próprio registro. Isso não exclui, no entanto, a possibilidade de determinados aspectos ou padrões comunicativos serem extensíveis a diferentes modalidades e situações comunicativas, incluindo aquelas que se estabelecem no domínio do face a face.

Tais considerações contribuem grandemente para que concebamos o ciberespaço não como um ‘mundo paralelo’, permeado por realizações ‘não-reais’, mas como mais uma dimensão das práticas e experiências cotidianas que compõe a cena social contemporânea; uma dimensão que se constrói na fronteira entre o “on-line” e o “off-line” ou, ainda, num trânsito e interação permanente entre estes dois domínios. Nesse sentido, o ciberespaço passa a ser tratado como uma instância constitutiva das *sociedades complexas* caracterizadas, segundo G. Velho (1994, p. 39), por um intenso processo de interação entre segmentos diferenciados e por grande mobilidade material e simbólica. Conseqüentemente, põem-se de lado definições apriorísticas de “cibercultura”, “comunidades virtuais”, “realidades virtuais”, dentre outras que marcaram os primeiros estudos do “ciberespaço”, criando-se condições para revisitarmos criticamente os conceitos e princípios teóricos-metodológicos da Antropologia e, também, da Comunicação Social. Eis o ponto de partida da proposta que, neste artigo, é colocada em discussão. Ela se apresenta, nesse sentido, como uma via para aprofundar as análises sobre como se dão as relações entre os domínios do “on-line” e do “off-line” e sobre como elas operam na configuração da vida cotidiana, possibilitando a emergência de ambientes híbridos e redes de caráter sócio técnico. Deslocando o foco sobre as interações “on-line” e dando lugar ao estudo etnográfico das formas de apropriação do que estamos chamando de “centros públicos de acesso à internet”, acreditamos poder chegar a conclusões mais abrangentes e sofisticadas acerca



da participação das tecnologias informacionais e comunicacionais na configuração do espaço urbano e, sobretudo, nas formas de vida comunitária na contemporaneidade.

“Is there a place in cyberspace?”

É com esta interrogação que Berry Wellman *et al* (2002) provoca-nos a refletir sobre aquilo que considera um paradoxo da Internet: o “paradoxo do lugar”. Não é mais novidade dizer que a Internet reduz a importância das distâncias espaciais à medida que conecta as pessoas, colocando-as em situação de contato e comunicação permanente. Nesse sentido, para a compreensão da cena comunicacional contemporânea, mais importante que o lugar são as possibilidades de interconexão. No entanto, a ênfase sobre o potencial conectivo e comunicativo da Internet leva-nos a esquecer, muitas vezes, que para estar conectado a ela se comunicando com outras pessoas é preciso que se esteja em *algum lugar* ou, ainda, é preciso que haja um *lugar* do qual se conectar.

São muitos os lugares de onde as pessoas podem se conectar a Internet: de casa, dos locais de trabalho, das escolas ou universidades, de terminais públicos comerciais – disponíveis nos chamados “cibercafés”, “*lan houses*”⁹ e demais estabelecimentos comerciais que dispõem de alguns computadores para o acesso pago –, ou ainda, de terminais públicos gratuitos, integrados a projetos governamentais e não-governamentais de políticas de “inclusão digital” ou com objetivos específicos (articulados ao ensino, profissionalização, etc.). No Brasil, a partir de algumas iniciativas municipais e estaduais¹⁰, os espaços para uso público e gratuito da Internet passaram a ser comumente chamados de “telecentros”. Diante desta variedade de modalidades de acesso, cabe considerar alguns dados referentes ao acesso da população brasileira às tecnologias da informação e comunicação (TIC).

O Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI) apresenta alguns indicadores relativos aos anos de 2005 e 2006 a partir de dois conjuntos interligados de dados: um deles é relativo à “posse” e ao “uso” (domiciliar e individual) de computadores e de conexão à Internet e o outro é relativo aos “locais de uso” de computadores e da Internet pelos indivíduos¹¹. Quanto ao primeiro conjunto de dados, os indicadores sugerem que a

⁹ LAN é a sigla para *Local Area Network*, o que pode ser traduzido como *rede local*. Portanto, as “*lan houses*” se constituem como estabelecimentos providos de uma *rede local*, própria, de acesso à Internet.

¹⁰ Dentre as iniciativas mais conhecidas e referenciadas está, pode-se dizer, a criação da Rede Pública de Telecentros da Prefeitura de São Paulo, implantada em dezembro de 2004 ao final da gestão da prefeita Marta Suplicy. Além deste projeto, podemos citar ainda o Programa Sinergia Digital, criado e mantido pela PUC/RS no Rio Grande do Sul; o Acesso São Paulo, que é o programa de “inclusão digital” do Governo do Estado de São Paulo; o projeto de Telecentros/Infocentros, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre; e os projetos Paranavegar e Faróis do Saber, do Governo do Paraná e da Prefeitura Municipal de Curitiba, respectivamente.

¹¹ Ver <http://www.cgi.br> e <http://www.nic.br/indicadores>.



“posse” de computadores e conexão à Internet¹² aumentou numa proporção menor do que o “uso” (média de 2% na “posse” e de 4% no “uso”) no período em questão. Este “uso” é especificado no segundo conjunto de dados, onde os números relativos aos “locais de uso” de computadores e da Internet no Brasil, em 2006, são bastante próximos, apontando que em média de 40% dos indivíduos entrevistados usam computadores e acessam a Internet de casa enquanto outros 30% o fazem dos chamados “centros públicos de acesso pago”. O restante se distribui entre aqueles que usam computadores e acessam a Internet do local de trabalho, da escola e de outros terminais, sendo que apenas 3,5% se utilizam de “centros públicos gratuitos”. Enfim, o CGI compara estes dados com a renda familiar dos indivíduos e famílias residentes nos domicílios contemplados em suas pesquisas. Os quadros e notas comparativas sugerem que aqueles que usam computadores e acessam a Internet de casa provêm das “classes sociais” economicamente favorecidas (onde também se dá, segundo os indicadores, o aumento na “posse” das TIC), enquanto que o índice de uso dos “centros públicos de acesso pago” é atribuído principalmente àqueles cuja renda mensal está abaixo de um salário mínimo.

Assim interpretados, estes dados e comparações não só compõem um quadro onde as desigualdades relativas ao acesso às tecnologias da informação e da comunicação no Brasil refletem desigualdades sociais de um modo geral, mas, sobretudo, apontam um paradoxo: aqueles que não têm condições econômicas de adquirirem computadores e/ou acesso à Internet próprios são, justamente, os mesmos que precisam pagar para ter acesso temporário, seja em razão do trabalho, da necessidade e/ou desejo de se comunicar, para o entretenimento, etc. Este viés interpretativo está, pelo menos em parte, na base de um conjunto crescente de reflexões fundadas no reconhecido da *necessidade* de integração das periferias dos “países em desenvolvimento” e dos próprios “países em desenvolvimento” à rede mundial de computadores, proporcionando-lhes acesso às tecnologias da informação e da comunicação, como condição necessária para o seu desenvolvimento. A “inclusão digital” é concebida, nesse sentido, como uma atitude *necessária* de promoção da igualdade de oportunidades entre os cidadãos e de criação de condições para a cooperação mundial em favor dos países menos desenvolvidos. E se concretiza através

¹² Neste caso, o aumento na “posse” de computadores foi maior (3%) do que o aumento na “posse” de conexão à Internet (1%). De qualquer forma, os números relativos à “posse” de computadores nos domicílios brasileiros é significativamente mais baixa do que aqueles referentes à “posse” de outras TIC, como aparelhos de televisão e rádio, telefones fixos e celulares.



da criação de “centros públicos de acesso gratuito” à Internet, voltados não só à disponibilização do acesso às TIC, mas também a capacitação dos usuários na utilização e aproveitamento destas tecnologias. Esta perspectiva acaba sendo criticada, contudo, por seu viés “impositivo”, unilateral, que não considera as diferenças fundamentais entre as lógicas dos produtores de tecnologias e as lógicas dos grupos aos quais as iniciativas de “inclusão” se dirigem, considerando como “fracasso” qualquer recusa ou apropriação vista como “desviante” (LACERDA, 2004). O debate se polariza, assim, entre o reconhecimento da *necessidade* e do *direito* à comunicação. Como coloca Suely Fragoso (2003), qualquer tentativa de se “trazer para a rede” grupos minoritários ou periféricos, seja no âmbito da necessidade ou do direito, tornar-se-á limitada se não levar em conta que

“...as afinidades e divergências culturais em relação ao conjunto de valores incorporados às tecnologias digitais condicionam significativamente não apenas as formas de apropriação daquelas, mas o próprio desejo dos diferentes agrupamentos socioculturais pela utilização das redes digitais de comunicação” (FRAGOSO, 2003).

Trata-se de um debate importante que coloca em evidência questões que são minimizadas quando se prioriza o estudo exclusivo das interações “on-line”, principalmente no que se refere às condições específicas em que cada usuário se conecta a Internet. Conhecer estas especificidades pode apontar, por exemplo, para articulações mais abrangentes entre as oportunidades de acesso às tecnologias da informação e da comunicação e a vida cotidiana das pessoas. Tendo isso em vista, o projeto que aqui se apresenta visa se situar num lugar específico deste debate, saindo do campo das afirmações para habitar o nível da análise, da compreensão, apoiado na materialidade vivencial da pesquisa etnográfica. *Importa saber qual o lugar de onde alguém se conecta?* Esta interrogação, originalmente colocada por Wellman *et al.* (2002), apresenta-se, assim, como um ponto de partida. Para tanto, estamos nos propondo ir além das iniciativas voltadas à promoção do acesso gratuito às TIC, considerando, primeiramente, todas as possibilidades de acesso público. E, ao invés de pressupor diferenças econômicas e sociais entre usuários domésticos e usuários públicos da Internet¹³, pretendemos investigar quem são estas pessoas que freqüentam esses centros públicos; que tipo de uso se faz da Internet nestes espaços e de que formas os próprios espaços são apropriados pelos seus freqüentadores. Alcançando a dimensão vivencial

¹³ O termo “usuários públicos” é usado, originalmente, por Wellman *et al.* (2002), em sua pesquisa sobre usos e usuários de terminais públicos de Internet em Toronto/CA.



destes espaços pretendemos, então, identificar contextos particulares que apontem possibilidades aplicadas de “inclusão digital”.

Delineando a proposta de um estudo etnográfico

Uma vez que estamos propondo uma abordagem contextual e qualitativa da utilização dos centros públicos de acesso pago à Internet, faz-se necessário enfatizar, mesmo que brevemente, as particularidades do campo em que a pesquisa será realizada: a cidade de Joinville, SC.

Situada ao norte/nordeste de Santa Catarina, Joinville figura, hoje, entre as cidades mais populosas do Estado (aproximadamente 500.000 habitantes) e é considerada como um dos maiores pólos industriais do Brasil. Assim sendo, apesar de atrativos culturais e turísticos como a Festa das Flores, que acontece ininterruptamente há 68 anos, e o Festival de Dança que, na sua vigésima quinta edição, é considerado o maior festival do mundo neste gênero, Joinville é reconhecida principalmente pela abrangência e importância do seu perfil industrial: formado tradicionalmente por conglomerados do setor metal-mecânico, químico, plástico e têxtil, hoje conta também com um crescente setor de desenvolvimento de softwares que tem feito da cidade um importante pólo dessa tecnologia. O predomínio da atividade industrial na configuração da economia local faz de Joinville a cidade responsável por uma parcela significativa do Produto Interno Bruto (PIB) global do estado de SC.

No entanto, se por um lado, o caráter privilegiadamente industrial de Joinville faz dela uma cidade bem posicionada no cenário econômico estadual e nacional contribuindo, inclusive, para que ela ostente um dos mais altos índices de desenvolvimento humano do Brasil; por outro lado, esta mesma característica também contribui com uma divisão política que ressalta certas desigualdades sociais. No centro, onde se concentra parte importante do comércio, serviços e opções de lazer da cidade – shoppings, hospitais, clínicas, agências bancárias, casas noturnas, restaurantes, centros de eventos, etc. –, e nos bairros que perfazem seu entorno, concentra-se, também, a população com maior poder aquisitivo; população esta formada, principalmente, pelos empresários, funcionários de alto escalão das empresas locais, profissionais liberais, etc. Na medida em que nos afastamos do centro da cidade, em direção à zona industrial,



alcançamos os bairros onde se concentra a população de baixa renda constituída por operários¹⁴ e migrantes.

Tais aspectos que caracterizam a cidade de Joinville emergem muito mais a partir de nossas experiências com e na cidade do que a partir de dados metodologicamente fundamentados. No entanto, para o estágio inicial em que se encontra a pesquisa, eles servem de base para pensarmos a distribuição dos centros públicos de acesso à Internet na cidade. Onde estão e/ou onde se concentram esses espaços em Joinville; nas regiões mais centrais ou distribuem-se também pelas regiões periféricas? Quais os “tipos” de estabelecimentos predominantes em cada região da cidade? Pressupõe-se, aqui, uma “tipologia” desses centros de acesso à Internet que, tal como pudemos verificar numa incursão preliminar ao campo da pesquisa, variam conforme a concepção do espaço, sua configuração e o conjunto de serviços privilegiadamente oferecidos. Especificamente, nossa atenção se volta para os centros públicos de acesso pago, dado o predomínio das iniciativas comerciais em Joinville. Pode-se dizer, inicialmente, que existem aqueles centros definidos como “*lan houses*”, caracterizados por um formato próprio¹⁵; os “cibercafés”, que associam o acesso à Internet ao comércio do *fast food*; os postos telefônicos, que incorporam aos seus serviços a comunicação digital; e, finalmente, aqueles estabelecimentos voltados à prestação de serviços de xerografia, ao comércio de jornais e revistas, ao comércio de peças e acessórios de informática, etc., que passam a disponibilizar algumas poucas máquinas para o acesso pago à Internet.

Diante da variedade de formas pelas quais esses centros de acesso se apresentam e das questões anteriormente apontadas, faz-se necessário um levantamento dos espaços existentes em Joinville, antes de definirmos onde a pesquisa propriamente etnográfica tomará lugar. É nesta etapa que nos encontramos atualmente. Este momento inicial de “reconhecimento do campo” nos parece importante para a formulação das bases sobre as quais irão se apoiar a análise das formas de apropriação desses centros de acesso à Internet, quais as formas de interação produzidas nos usos coletivos e privados

¹⁴ O predomínio de operários nos bairros periféricos de Joinville, que não possuem (ou não possuíam, num passado não muito distante) meios de transporte particulares ou acesso facilitado ao transporte coletivo, rendeu à cidade o título de *Cidade das Bicicletas*, devido à grande concentração de ciclistas na entrada e saída das fábricas. Tal título, que remete a uma imagem um tanto idílica da cidade, não deixa de ser uma referência das desigualdades econômicas e sociais que demarcam a população joinvilense.

¹⁵ A princípio, pode-se dizer que estes estabelecimentos apresentam um formato típico, estando sediados em prédios térreos, com vidros escurecidos, ambiente climatizado, letreiros estilizados, etc. Internamente, os computadores são dispostos em fileiras, separados por divisórias que garantem certa privacidade aos frequentadores, e disponíveis em maior número.



desses espaços e como elas se articulam com a vida cotidiana das micro-realidades onde eles se situam. Isto nos coloca no centro do nosso objetivo de trazer essa proposta de pesquisa para ser discutida nesse fórum de Comunicação Social: a discussão metodológica. É preciso dizer que, na base da parceria entre o Grupo de Estudos em Antropologia do Ciberespaço (UFSC) e o Núcleo de Estudos em Comunicação (IELUSC) está, entre outras motivações, o desejo de refletir coletivamente sobre as possibilidades de apropriação da etnografia, insígnia da pesquisa antropológica, nos estudos em Comunicação. No sentido de fomentar essa interlocução, duas questões que se articulam podem ser salientadas.

Em primeiro lugar, deve-se lembrar que a concepção da etnografia, sob a perspectiva interpretativista de C. Geertz (1989), apóia-se num conceito semiótico de cultura segundo o qual “a cultura é pública porque o significado o é” (ibid., p. 22). Ou seja, a cultura constitui-se como “teias de significados” tecidas *por* e compartilhadas *entre* os membros de um dado contexto social (uma comunidade, um grupo, uma sociedade,...), em termos das quais as ações humanas – essencialmente simbólicas –, são percebidas e interpretadas. Assim, segundo Geertz, o que importa na análise cultural não é tanto o *status* ontológico das ações humanas, mas sim, o que está sendo transmitido com a sua ocorrência e através da sua agência, “seja ela um ridículo ou um desafio, uma ironia ou uma zanga, um deboche ou um orgulho” (ibid., p. 21). Sob esta perspectiva, fazer etnografia é interpretar interpretações; é interpretar o fluxo do discurso social num esforço de salvar o “dito” (o falado, o vivenciado) em formas pesquisáveis. A cultura é, nesse sentido, o contexto no qual sistemas entrelaçados de signos interpretáveis podem ser descritos de forma inteligível, com densidade (ibid., p. 24; 31).

A transferência desta abordagem para os estudos em Comunicação possibilita, como sugere Y. Winkin (1998), que a comunicação seja pensada contextualmente, como *performance da cultura*. Em articulação com a Antropologia, uma abordagem social da comunicação – das situações comunicativas – busca “distinguir o contexto no interior dos quais os atores *participam* da comunicação, (...) num processo permanente de confirmação das relações interpessoais” (ibid., p. 199). Isto é, nesses contextos, cada ator, cada agente social é *participante* da comunicação mais do meramente emissor ou receptor de mensagens; e cada situação comunicativa é pensada, conseqüentemente, como um sistema complexo onde todos os elementos participantes são “orquestrados” a



partir de uma gramática interacional que se situa no domínio da própria cultura¹⁶. Portanto, compreender esta noção de *participação* implica em pensar a comunicação como a soma das falas, dos gestos, dos meios e das mensagens de todo o gênero que os homens podem produzir para a realização permanente da sociedade. Nesta abordagem, a relação entre a cultura e a comunicação é de interdependência: se, por um lado, qualquer situação comunicativa é informada pelos padrões culturais compartilhados no contexto mais amplo em que ela se circunscreve; por outro lado, elas contribuem na própria constituição deste contexto na medida em que dela emergem novos significados que retornam para o fluxo da vida social. Os significados do que está sendo comunicado estão, por sua vez, menos no conteúdo das mensagens trocadas, ou no meio de comunicação, mas antes de tudo nas *relações sociais* estabelecidas em cada situação comunicativa.

Criando as condições para esta interface entre a Antropologia e a Comunicação é que pretendemos alcançar a dimensão vivencial, participativa, das situações comunicativas e das relações sociais engendradas na apropriação dos centros públicos de acesso à Internet em Joinville. Um dos desafios desta proposta repousa no fato de que nós, pesquisadores, somos, também, nativos do ciberespaço e deste universo vivencial produzido na interface com as tecnologias da comunicação e da informação. E, numa pesquisa

“em que sujeitos e objetos se encontram, o diálogo se impõe como uma necessidade, assim como a postura crítica. Trata-se de colocar em suspensão tanto a autoridade do sujeito quanto a familiaridade com o objeto, e a partir desse deslocamento produzir uma reflexão e uma narrativa marcadas pelo contínuo movimento entre o "interior" e o "exterior" das experiências sociais e da própria produção antropológica” (RIFIOTIS, 2008).

É com este entendimento que estamos encarando o projeto que aqui apresentamos. Assim, no estudo etnográfico das dinâmicas coletivas e privadas estabelecidas nesses espaços híbridos, construídos na interface com a tecnologia, interessa-nos compreender até que ponto a apropriação desses espaços pelos seus frequentadores conduzem à constituição de novas formas de sociabilidade com conseqüências para a vida comunitária local. Além disso, interessa-nos saber, também, se o lugar de onde se acessa a Internet e a apropriação que se faz dele – tanto em termos

¹⁶ Evidentemente, esta perspectiva é elaborada a partir de uma crítica ao modelo clássico da teoria da comunicação – o modelo matemático – proposto por Shannon e Weaver em 1949, onde a comunicação era pensada como um processo linear no qual a informação parte de um emissor, atravessa um meio e chega a um receptor.



dos recursos utilizados quanto das dinâmicas nele estabelecidas – desempenha algum papel no uso mesmo da Internet, seja para a comunicação, para a informação ou entretenimento. Nesse processo, acreditamos poder refletir sobre até que ponto a presença desses centros de acesso em diferentes regiões da cidade abrem perspectivas para uma “inclusão” tecnológica calcada num *consumo produtivo* (GARCÍA-CANCLINI, 1999) de produtos tecnológicos que acene, enfim, para uma efetiva abertura do acesso às tecnologias da informação e da comunicação.

Referências Bibliográficas

- APGAUA, Renata. “O Linux e a Perspectiva da Dádiva”. *Horizontes Antropológicos*, n. 21, PPGAS/UFRGS, Porto Alegre, janeiro/junho de 2004: 221-240.
- GARCÍA-CANCLINI, Nestor. Consumidores do século XXI, cidadãos do século XVIII. In: *Consumidores e cidadãos*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1999, pp.37-71.
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas, Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1989.
- GUIMARÃES JR., Mário J. L. *Vivendo no Palace: etnografia de um ambiente de sociabilidade no ciberespaço*, Dissertação Mestrado, PPGAS/UFSC, Florianópolis, 2002.
- FRAGOSO, Suely D. *Múltiplas faces da exclusão digital*, mimeo, 2003, s.p.
- LACERDA, Juciano de Sousa. *Comunidades on line: os espaços de telecentros como configurações entre uma instrumentalização midiaticizada e uma comunicação para a participação*. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 27., 2004. Porto Alegre. Anais... São Paulo: Intercom, 2004. CD-ROM. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1904/18004>.
- LACERDA, Juciano de Sousa. *Redes digitais de solidariedade social : as estratégias e táticas de produção de significação em redes sociais de comunicação midiaticizadas pelo digital : um estudo de caso da Recomsol – Rede de Comunicadores Solidários à Criança*, Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, UNISINOS, São Leopoldo, 2003.
- MÁXIMO, Maria Elisa. *Novos caminhos de socialização na Internet. Um estudo das listas eletrônicas de discussão*. Trabalho de Conclusão (Curso de Ciências Sociais), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 1998.
- MÁXIMO, Maria Elisa. *Compartilhando “regras de fala”: interação e sociabilidade na lista eletrônica de discussão Cibercultura*, Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, UFSC, Florianópolis, 2002.
- MÁXIMO, Maria Elisa. “Sociabilidade no “ciberespaço”: uma análise da dinâmica de interação na lista eletrônica de discussão Cibercultura”. *Antropologia em Primeira Mão*, PPGAS/UFSC, Florianópolis, 2003.
- MÁXIMO, Maria Elisa. *Blogs: o eu encena, o eu em rede. Cotidiano, performance e reciprocidade nas redes sócio-técnicas*, Tese (Doutorado em Antropologia Social), Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, UFSC, Florianópolis, 2006. Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PASO0197-T.pdf>
- RIFIOTIS, Theófilos. “Internet e Perspectivas de Cooperação em Ciências Humanas”. *Conhecimento em Debate*. Agosto/dezembro, 1994: pp. 27-32.
- RIFIOTIS, Theófilos. “Antropologia do Ciberespaço: questões teórico-metodológicas sobre pesquisa de campo e modelos de sociabilidade”. *Antropologia em Primeira Mão*, n. 51, Florianópolis, Prog. de Pós-graduação em Antropologia Social/UFSC, 2002.
- RIFIOTIS, Theófilos. “Apresentação”. RIFIOTIS, T.; LACERDA, J.; MÁXIMO, M. E.; SEGATA, J. *Antropologia no Ciberespaço*, Porto Alegre/Florianópolis, Sulina/EDUFSC, 2008 [no prelo].
- VELHO, *Projeto e Metamorfose*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994.
- WELLMAN, Barry (et al.). *Is there a place in cyberspace: the uses and users of public internet terminal*, University of Toronto, novembro, 2006. Disponível em: www.chass.utoronto.ca/~wellman/publications/cybercafe/cafeprogess16-BW-merged.PDF.
- WINKIN, Y. A nova comunicação. Da teoria ao trabalho de campo. Campinas, São Paulo, Papirus, 1998.